

MARKA VEÍCULOS LTDA.
CNPJ nº 53.165.106/0001-01



JUCESP PROTOCOLO
0.771.798/24-6



46ª. ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

Pelo presente instrumento particular de alteração de contrato social e na melhor forma de direito, os abaixo nomeados, qualificados e ao final assinados:

a) **ROBERTO GROSSI**, brasileiro, divorciado, administrador de empresas, nascido em 02 de dezembro de 1951, residente e domiciliado na cidade de Jaú, Estado de São Paulo, na Rua Nestor de Oliveira Campos, 170, Chácara Itaúna – CEP 17.213-814, portador da Cédula de Identidade RG nº 5.553.844 – SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 459.098.578-00;

b) **RAFAEL GROSSI**, brasileiro, administrador de empresas, nascido em 27 de janeiro de 1978, casado sob regime de comunhão parcial de bens, residente e domiciliado na Avenida Benedito Ferraz de Almeida Prado, 301 Condomínio Vila Real - Alameda das Acácias, 111, Cidade de Jaú/SP, CEP 17208-780, portador da Cédula de Identidade RG nº 27.132.475-2 e inscrito no CPF/MF sob o nº 295.682.988-27 e

c) **JULIANA GROSSI ALONSO**, brasileira, publicitária, nascida em 13 de setembro de 1974, casada sob regime de comunhão parcial de bens, residente e domiciliada na Rua João Alvares Soares, 16 – Casa 1 – Campo Belo, Cidade de São Paulo/SP, CEP 04609-002, portadora da Cédula de Identidade RG nº 22.876.499-3 e inscrita no CPF/MF sob o nº 212.556.258-80.

únicos Sócios Quotistas da empresa **MARKA VEÍCULOS LTDA.**, situada na cidade de Jau, Estado de São Paulo, na Avenida Dona Olímpia Sanzovo Caseiro, nr.255-A, Distrito Industrial, CEP 17.206-240, com CNPJ. 53.165.106/0001-01, devidamente registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o nº 35.202.759.597, em sessão do dia 12 de janeiro de 1.984 e com última alteração contratual registrada sob o nº 40.907/24-7 em sessão do dia 05 de fevereiro de 2024;

Têm entre si justa e contratada a presente alteração contratual, nos termos e condições a seguir expostas:

1. Neste ato, os sócios aprovam, sem ressalvas, a retificação da redação do texto da alínea “e” do item 1, da 38ª. Alteração do Contrato Social desta sociedade, registrada sob o nº 42.180/20-0, em sessão de 21 de janeiro de 2020, na forma seguinte:

a) Redação Original:

“e) Os direitos reais sobre o imóvel situado em Bauru/SP, assim descrito: “Imóvel cadastrado como Lote 02 da Quadra 2.129 do Setor 4, correspondente ao terreno sem benfeitorias, destacada da “Gleba A – 1”, identificada como Quadra K no Distrito Industrial III – 1ª Etapa, nesta Cidade de Bauru, com área de 1.006,00 metros quadrados, cujo perímetro segue o roteiro: ‘inicia-se num ponto cravado no alinhamento da Rua Joaquim Pelegrina Lopes. Antiga Rua 1, quarteirão 3, lado par, na divisa com o lote 1, daí deflete à direita e segue na distância de 77,25 metros pelo citado alinhamento, até outro ponto, deste deflete através de uma curva com o raio de 9,00 metros e desenvolvimento de 14,13 metros até outro ponto, no alinhamento

da Rua 9, quarteirão 1, lado ímpar, deste segue na distância de 167,98 metros até outro ponto, e confrontando nesta linha com a referida Rua 9, daí deflete à esquerda em curva com o raio de 9,00 metros e desenvolvimento de 14,13 metros até outro ponto, cravado no alinhamento da Rua 3, quarteirão 4, lado ímpar, deste segue na distância de 77,25 metros até outro ponto e confrontando nesta linha com a mencionada Rua 3, daí com deflexão à esquerda segue na distância de 185,98 metros até outro ponto, ou seja, onde teve início o perímetro.”, no valor de R\$653.655,77 (seiscentos e cinquenta e três mil seiscentos e cinquenta e cinco reais e setenta e sete centavos)”;

b) Nova Redação:

“e) Imóvel registrado sob a matrícula 133.993 perante o 2º Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de Bauru – São Paulo, com a seguinte descrição: **IMÓVEL: UM TERRENO** para fins industriais, situado no lado ímpar dos quarteirões 01 e 02 da Rua Jaime Angelo de Paula, correspondente ao lote 04 da quadra K do loteamento denominado **Distrito Industrial III – Cláudio Guedes Misquiati**, nesta cidade de **Bauru-SP**, com área de **15.990,36 m2**, com as seguintes medidas e confrontações: inicia-se no ponto P01, localizado na Rua Jaime Angelo de Paula, na confluência com a Rua Ronise Motta Pegoraro de Souza; segue por uma distância de 168,36 metros e azimuth plano de 144°25'58” até o ponto P02, confrontando com a Rua Jaime Angelo de Paula; deflete à direita e segue em arco com desenvolvimento de 14,13 metros e raio de 9,00 metros até o ponto P03, delimitando a confluência entre as ruas Jaime Angelo de Paula e Joaquim Pelegrina Lopes; segue por uma distância de 77,16 metros e azimuth plano de 234°23'54” até o ponto P13, confrontando com a Rua Joaquim Pelegrina Lopes, quarteirão 03, lado par; deflete à direita e segue por uma distância de 105,44 metros e azimuth plano de 324°31'36” até o ponto P12, confrontando com o lote 3; segue por uma distância de 80,86 metros e azimuth plano de 324°31'36” até o ponto P09, confrontando com o lote 02; deflete à direita por uma distância de 76,84 metros e azimuth plano de 54°20'47” até o ponto pp=0, confrontando com a Rua Ronise Motta Pegoraro de Souza, quarteirão 05, lado ímpar; segue em arco de desenvolvimento de 14,15 metros e raio de 9,00 metros até o ponto P01, ponto inicial da descrição deste perímetro, delimitando a confluência entre as ruas Ronise Motta Pegoraro de Souza e Jamie Angelo de Paula.

AV.2 – Em 21 de dezembro de 2023. Prenotação nº 381.250 de 11/12/2023.

CLÁUSULAS RESTRITIVAS – Pelo título R1, procede-se a presente a fim de constar que foi imposta à donatária as seguintes cláusulas restritivas: **I)** A Donatária obriga-se a manter no local atividade compatível com a regulamentação municipal das Cidades Industriais, respeitando a legislação vigente; e **II)** o não cumprimento do disposto nos artigos anteriores tornará nula, de pleno direito, a doação feita, revertendo o imóvel ao patrimônio municipal, sem que assista direito às acessões nele introduzidas, conforme o art. 5º da Lei Municipal de Bauru nº 7.427 de 23/12/2020.

Selo Digital: 1126313310000000518502233.

AV.3 – Em 13 de março de 2024. Prenotação nº 383.905, de 22/02/2024.

CONSTRUÇÃO – Foi edificado o Prédio comercial que recebeu o número 3-50 da Rua Joaquim Pelegrina Lopes, com a área construída de 2.240,31 metros quadrados, conforme Habite-se nº 16, expedido pela municipalidade local em 10/01/2002, extraído do processo nº 25663/00, CND/PGFN/RFB nº 50.000.80090/74, emitida em 24/01/2002, e atendendo ao requerimento datado de 10 de fevereiro de 2002. Valor SINDUSCON (JANEIRO/2024): R\$5.368.320,43 (cinco milhões, trezentos e sessenta e oito mil, trezentos e vinte reais e quarenta e três centavos).

Selo Digital: 112631331000000042124624F

AV.4 – Em 13 de março de 2024. Prênotação nº 383.905, de 22/02/2024.

AMPLIAÇÃO – O prédio edificado neste imóvel (AV,3) foi ampliado em 1.347,51 metros quadrados, passando a ter a área total de 3.587,82 metros quadrados; conforme Certidão nº 111951/2024, de 15/02/2024, extraída do processo nº 21306/2005, CND/PGFN/FRB nº 38.010.02827/77, emitida em 21/07/2006, e atendendo ao mesmo requerimento referido na AV.3. Valor SINDUSCON (JANEIRO/2024): R\$3.228.957,36 (três milhões, duzentos e vinte e oito mil, novecentos e cinquenta e sete reais e trinta e seis centavos).

Selo Digital: 112631331000000042124724Z

no valor de R\$653.655,77 (seiscentos e cinquenta e três mil seiscentos e cinquenta e cinco reais e setenta e sete centavos).”

2. No mesmo sentido, também neste ato, os sócios aprovam, sem ressalvas, a retificação dos Anexos da Ata de Reunião de Sócios desta sociedade, realizada em 31 de dezembro de 2019, registrada sob o nº 42.179/20-8, em sessão de 21 de janeiro de 2020. Sendo assim, as redações (i) da alínea “e”, item II.2, do Protocolo de Cisão Parcial e Justificação e (ii) item 2, alínea “v” do Laudo de Avaliação, são retificadas na forma seguinte:

a) Redação Original:

“Os direitos reais sobre o imóvel situado em Bauru/SP, assim descrito: *“Imóvel cadastrado como Lote 02 da Quadra 2.129 do Setor 4, correspondente ao terreno sem benfeitorias, destacada da “Gleba A – 1”, identificada como Quadra K no Distrito Industrial III – 1ª Etapa, nesta Cidade de Bauru, com área de 1.006,00 metros quadrados, cujo perímetro segue o roteiro: ‘inicia-se num ponto cravado no alinhamento da Rua Joaquim Pelegrina Lopes. Antiga Rua 1, quarteirão 3, lado par, na divisa com o lote 1, daí deflete à direita e segue na distância de 77,25 metros pelo citado alinhamento, até outro ponto, deste deflete através de uma curva com o raio de 9,00 metros e desenvolvimento de 14,13 metros até outro ponto, no alinhamento da Rua 9, quarteirão 1, lado ímpar, deste segue na distância de 167,98 metros até outro ponto, e confrontando nesta linha com a referida Rua 9, daí deflete à esquerda em curva com o raio de 9,00 metros e desenvolvimento de 14,13 metros até outro ponto, cravado no alinhamento da Rua 3, quarteirão 4, lado ímpar, deste segue na distância de 77,25 metros até outro ponto e confrontando nesta linha com a mencionada Rua 3, daí com deflexão à esquerda segue na distância de 185,98 metros até outro ponto, ou seja, onde teve início o perímetro.”*, no valor de R\$653.655,77 (seiscentos e cinquenta e três mil seiscentos e cinquenta e cinco reais e setenta e sete centavos)”;

b) Nova Redação:

“Imóvel registrado sob a matrícula 133.993 perante o 2º Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de Bauru – São Paulo, com a seguinte descrição: IMÓVEL: UM TERRENO para fins industriais, situado no lado ímpar dos quarteirões 01 e 02 da Rua Jaime Angelo de Paula, correspondente ao lote 04 da quadra K do loteamento denominado **Distrito Industrial III – Cláudio Guedes Misquiati**, nesta cidade de **Bauru-SP**, com área de **15.990,36 m2**, com as seguintes medidas e confrontações: inicia-se no ponto P01, localizado na Rua Jaime Angelo de Paula, na confluência com a Rua Ronise Motta Pegoraro de Souza; segue por uma distância de 168,36 metros e azimuth plano de 144°25'58” até o ponto P02, confrontando com a Rua Jaime Angelo de Paula; deflete à direita e segue em arco com desenvolvimento de 14,13 metros e raio de 9,00 metros até o ponto P03, delimitando a confluência entre as ruas Jaime Angelo

de Paula e Joaquim Pelegrina Lopes: segue por uma distância de 77,16 metros e azimuth plano de 234°23'54" até o ponto P13, confrontando com a Rua Joaquim Pelegrina Lopes, quarteirão 03, lado par; deflete à direita e segue por uma distância de 105,44 metros e azimuth plano de 324°31'36" até o ponto P12, confrontando com o lote 3; segue por uma distância de 80,86 metros e azimuth plano de 324°31'36" até o ponto P09, confrontando com o lote 02; deflete à direita por uma distância de 76,84 metros e azimuth plano de 54°20'47" até o ponto pp=0, confrontando com a Rua Ronise Motta Pegoraro de Souza, quarteirão 05, lado ímpar; segue em arco de desenvolvimento de 14,15 metros e raio de 9,00 metros até o ponto P01, ponto inicial da descrição deste perímetro, delimitando a confluência entre as ruas Ronise Motta Pegoraro de Souza e Jamie Angelo de Paula.

AV.2 – Em 21 de dezembro de 2023. Prenotação nº 381.250 de 11/12/2023.

CLÁUSULAS RESTRITIVAS – Pelo título R1, procede-se a presente a fim de constar que foi imposta à donatária as seguintes cláusulas restritivas: **I)** A Donatária obriga-se a manter no local atividade compatível com a regulamentação municipal das Cidades Industriais, respeitando a legislação vigente; e **II)** o não cumprimento do disposto nos artigos anteriores tornará nula, de pleno direito, a doação feita, revertendo o imóvel ao patrimônio municipal, sem que assista direito às acessões nele introduzidas, conforme o art. 5º da Lei Municipal de Bauru nº 7.427 de 23/12/2020.

Selo Digital: 1126313310000000518502233.

AV.3 – Em 13 de março de 2024. Prenotação nº 383.905, de 22/02/2024.

CONSTRUÇÃO – Foi edificado o Prédio comercial que recebeu o número 3-50 da Rua Joaquim Pelegrina Lopes, com a área construída de 2.240,31 metros quadrados, conforme Habite-se nº 16, expedido pela municipalidade local em 10/01/2002, extraído do processo nº 25663/00, CND/PGFN/RFB nº 50.000.80090/74, emitida em 24/01/2002, e atendendo ao requerimento datado de 10 de fevereiro de 2002. Valor SINDUSCON (JANEIRO/2024): R\$5.368.320,43 (cinco milhões, trezentos e sessenta e oito mil, trezentos e vinte reais e quarenta e três centavos).

Selo Digital: 1126313310000000421246241.

AV.4 – Em 13 de março de 2024. Prenotação nº 383.905, de 22/02/2024.

AMPLIAÇÃO – O prédio edificado neste imóvel (AV,3) foi ampliado em 1.347,51 metros quadrados, passando a ter a área total de 3.587,82 metros quadrados; conforme Certidão nº 111951/2024, de 15/02/2024, extraída do processo nº 21306/2005, CND/PGFN/FRB nº 38.010.02827/77, emitida em 21/07/2006, e atendendo ao mesmo requerimento referido na AV.3. Valor SINDUSCON (JANEIRO/2024): R\$3.228.957,36 (três milhões, duzentos e vinte e oito mil, novecentos e cinquenta e sete reais e trinta e seis centavos).

Selo Digital: 112631331000000042124724Z

no valor de R\$653.655,77 (seiscentos e cinquenta e três mil seiscentos e cinquenta e cinco reais e setenta e sete centavos)."

3. Por fim, esclarecem os sócios que a retificação acima é exclusivamente relacionada à descrição do imóvel, em nada alterando o valor contábil atribuído nos atos societários e seus anexos, ora retificados e ratificados.

4. Os sócios cotistas deliberam, ainda, consolidar o Contrato Social Inicial e todas as alterações posteriores, incluindo as definidas no presente instrumento, que, assim, passa a vigorar com a seguinte redação:

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

Cláusula Primeira

A Sociedade gira sob a razão social de **MARKA VEÍCULOS LTDA.**, e destina-se a explorar a atividade de: a) importação, exportação, comércio atacadista e varejista e representação comercial de veículos automóveis, caminhões, ônibus e outros veículos pesados, carrocerias, tratores, máquinas e equipamentos agrícolas, novos e usados, peças e acessórios; b) prestação de serviços de manutenção, reparação, recondicionamento e recuperação mecânica, elétrica, funilaria, pintura e correlatos em automóveis, caminhões, ônibus e outros veículos pesados, em carrocerias, em tratores agrícolas e em máquinas e equipamentos utilizados na atividade agrícola; c) atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários; d) locação comercial de bens móveis de sua propriedade a pessoas físicas ou jurídicas estabelecidas no território nacional e a sublocação de bens móveis que tenha arrendado junto a empresas de arrendamento mercantil, a pessoas físicas ou jurídicas estabelecidas em território nacional; e) serviços de cartografia, topografia e geodesia; f) atividades de produção de fotografias aéreas e submarinas e g) cursos de aperfeiçoamento profissional e de aprendizagem e treinamento gerencial.

Cláusula Segunda

A sede da sociedade é localizada na cidade de Jau, Estado de São Paulo, na Avenida Dona Olímpia Sanzovo Caseiro, nº. 255-A, Distrito Industrial, CEP 17.206-240, CNPJ 53.165.106/0001-01, com filiais nas cidades de: I) Araraquara, Estado de São Paulo, na Rodovia Washington Luiz, Km. 268,2, Distrito Industrial II, CEP 14808-080, CNPJ. 53.165.106/0004/54 e NIRE 35902275827; II) Bauru, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Pelegrina Lopes, nº. 3-50, Distrito Industrial III, CEP 17.064-851, CNPJ. 53.165.106/0005-35 e NIRE 35902275835, III) Bebedouro, Estado de São Paulo, na Rua José Cardassi, nº. 800, Distrito Industrial II, CEP 14711-318, CNPJ 53.165.106/0006-16 e NIRE 35902642501; IV) Araçatuba, Estado de São Paulo, à Rua Brigadeiro Faria Lima, nr. 7.877, no Parque Industrial Maria Isabel Piza de Almeida Prado, CEP 16.080-751, CNPJ 53.165.106/0007-05 e NIRE 35903560029; V) Araraquara, Estado de São Paulo, na Avenida Rodrigo Fernando Grillo, 1115, Jardim das Flores, CEP 14.801-534, CNPJ. 53.165.106/0008-88 e NIRE 35903714328; VI) Jau, Estado de São Paulo, à Avenida Dona Olímpia Sanzovo Caseiro, nº. 255, Distrito Industrial, CEP 17.206-240, CNPJ, 53.165.106/0009-69 e NIRE 35903805234; VII) Penápolis, Estado de São Paulo, à Avenida Marginal Rita de Aguirre Monteiro, nº. 1.680, Bairro Jardim do Lago II, CEP 16.305-516, CNPJ. 53.165.106/0010-00 e NIRE 35903886943; VIII) Marília, Estado de São Paulo, à Avenida José De Grande, nº 256, Jardim Parati, Sala 2, CEP 17.519-470, CNPJ 53.165.106/0012-64 e NIRE 35904398128; IX) Araçatuba, Estado de São Paulo, à Rua Alziro Zarur, nº. 760, Jardim Guanabara, Pavimento Térreo, CEP 16.026-000, CNPJ. 53.165.106/0013-45 e NIRE 35904784125 e X) Regente Feijó, Estado de São Paulo, à Rodovia Raposo Tavares (SP 270), KM 553 (Leste), Distrito Industrial, CNPJ 53.165.106/0015-07 e NIRE 35906033348, podendo abrir, instalar, criar ou extinguir outras filiais, agências,

depósitos ou escritórios em qualquer parte do território nacional, bem como fazer parte de outras sociedades, observadas as disposições da legislação aplicável.

Cláusula Terceira

O prazo de duração da sociedade é indeterminado.

Cláusula Quarta

O capital social é no valor de R\$ 138.912.229,00 (cento e trinta e oito milhões, novecentos e doze mil, duzentos e vinte e nove reais) dividido em 138.912.229,00 (cento e trinta e oito milhões, novecentos e doze mil, duzentos e vinte e nove) quotas, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, assim distribuído entre os sócios:

Sócios	Quotas	Valor - R\$
Roberto Grossi	76.991.051	76.991.051,00
Rafael Grossi	30.960.589	30.960.589,00
Juliana Grossi Alonso	30.960.589	30.960.589,00
Total	138.912.229	138.912.229,00

Parágrafo Primeiro

Nos termos do artigo 1.052 do Código Civil (Lei 10.406/2002), a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas cotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

Parágrafo Segundo

As primeiras 50 (cinquenta) quotas detidas por cada um dos sócios **RAFAEL GROSSI** e **JULIANA GROSSI ALONSO**, permanecem gravadas com as cláusulas de incomunicabilidade, impenhorabilidade e, ainda, usufruto vitalício de voto em favor do sócio **ROBERTO GROSSI**, se estendendo todos os mencionados gravames a todas ora doadas, assim como a todos e quaisquer desdobramentos oriundos ou advindos dessas quotas e os bens sub-rogados em seu lugar”.

Cláusula Quinta

A administração da sociedade é exercida pelos sócios: a) **ROBERTO GROSSI**, brasileiro, divorciado, administrador de empresas, residente e domiciliado na cidade de Jaú, Estado de São Paulo, na Rua Nestor de Oliveira Campos, 170, Chácara Itaúna – CEP 17.213-814, portador da Cédula de Identidade RG nº 5.553.844 – SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 459.098.578-00, e b) **RAFAEL GROSSI**, brasileiro, administrador de empresas, casado, residente e domiciliado na Alameda das Acácias, 111 – Condomínio Vila Real, Cidade de Jaú/SP, CEP 17208-780, portador da Cédula de Identidade RG nº 27.132.475-2 e inscrito no CPF/MF sob o nº 295.682.988-27, que dividem amigavelmente os encargos da função, assinando individualmente na representação da sociedade. Seus poderes incluem-se: a) passar recibos; dar quitação; sacar e endossar para cobrança, caução ou desconto, letras de câmbio, notas

promissórias, duplicatas e outros títulos de crédito, protestar, conceder prorrogações de prazo, abatimentos ou descontos; b) movimentar contas em Bancos, Caixas Econômicas e outros estabelecimentos de crédito; depositar e retirar dinheiro ou outros valores, emitir, endossar e assinar cheques e ordens de pagamento; c) assinar contratos de câmbio e todo e qualquer documento, papel ou títulos para fins de importação e exportação; d) contrair obrigações, aceitar letras de câmbio, notas promissórias, duplicatas e quaisquer outros títulos comerciais; e) alienar, empenhar, gravar ou onerar veículos pertencentes ao ativo imobilizado da sociedade; f) constituir e nomear procuradores e prepostos, através de instrumentos públicos ou particulares; e g) adquirir bens imóveis e móveis em nome da sociedade. Fica-lhes, contudo, vedado o uso da razão social em negócios estranhos aos objetos sociais, bem como, avais, fianças, abonos, endossos, saques a favor, ou qualquer fim gratuito, sob pena de nulidade em relação à sociedade e de responsabilidade do sócio faltoso.

Parágrafo Único

Para alienar, empenhar, gravar ou onerar bens imóveis de propriedade da sociedade, em garantia de compromissos e obrigações de responsabilidade da sociedade ou de suas coligadas, é necessária a assinatura conjunta dos dois sócios administradores acima identificados, vedada aqui a participação de procuradores.

Cláusula Sexta

A sociedade não tem Conselho Fiscal e nem Assembleia de Quotistas, os quais tomam conhecimento da administração social pelo exame direto de livros e arquivos, se e quando lhes parecer conveniente, independentemente de autorização ou licença de quem quer que seja.

Cláusula Sétima

No fim de cada exercício social, ou seja, a 31 de dezembro de cada ano, será levantado um Balanço Geral das operações da sociedade e ao lucro líquido apurado será dado o destino que melhor aprouver aos sócios, com a observância das disposições legais aplicáveis.

Parágrafo Único

Mediante deliberação unânime dos sócios, é expressamente permitida a distribuição desproporcional de lucros e de juros de capital.

Cláusula Oitava

Os sócios gerentes, Sr. **ROBERTO GROSSI** e Sr. **RAFAEL GROSSI**, têm direito a uma retirada mensal, a título de pró-labore, que é definida de comum acordo entre os sócios quotistas, devendo essas quantias ser levadas a débito da conta de despesas gerais.

Cláusula Nona

Nenhum dos sócios quotistas poderá ceder ou transferir parte ou totalidade de suas cotas a pessoas estranhas, sem antes oferecê-las ao outro sócio quotista, que, em igualdade de condições, tem o direito de preferência na aquisição das mesmas.

Cláusula Décima

O sócio que desejar retirar-se da sociedade deverá comunicar ao outro sócio, por carta registrada, com uma antecedência de 60 (sessenta) dias, a sua intenção, sendo seus haveres, apurados em Balanço levantado na ocasião, pagos em 12 (doze) parcelas mensais e iguais, vencendo-se a primeira 60 (sessenta) dias após o seu afastamento. Não convindo ao sócio remanescente continuar com o negócio, a saída de qualquer um deles provocará, automaticamente, a dissolução da sociedade, promovendo-se, então, a sua liquidação.

Cláusula Décima Primeira

As divergências que surgirem entre os sócios serão submetidas à decisão em Juízo Arbitral, composto de 2 (dois) árbitros, por eles escolhidos. Havendo discordância dos árbitros na decisão da contenda, será nomeado um terceiro, de comum acordo, pelos sócios divergentes. Caso haja não unanimidade dos sócios quanto à nomeação do terceiro árbitro, a discussão da matéria litigiosa será transferida para a esfera judicial. As possíveis controvérsias deverão ser solucionadas, no plano arbitral, dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados da data em que tiver sido feita a nomeação dos árbitros.

Cláusula Décima Segunda

Para a solução dos casos que reclamem a intervenção da Justiça, fica eleito o foro desta comarca de Jau, Estado de São Paulo.

Cláusula Décima Terceira

O falecimento, falência, ou interdição de qualquer dos sócios não acarretará o encerramento das atividades da empresa, podendo seus herdeiros ou sucessores continuar ou não como sócios, mediante a devida alteração contratual, ou ainda, poderá o sócio remanescente continuar com o negócio. Se os herdeiros ou sucessores não desejarem ou não puderem participar da sociedade, os haveres a que tenham direito serão pagos após respectivo inventário e partilha de bens, em 12 (doze) parcelas mensais e iguais, devendo representar o espólio, no respectivo instrumento de alteração contratual e quitação de pagamento, o inventariante ou quem quer de direito, devidamente autorizado por alvará judicial.

Cláusula Décima Quarta

Em caso da dissolução da sociedade, os quotistas, por maioria de votos, representando a maioria do capital, elegerão o liquidante, ditando-lhe a forma de liquidação.

Cláusula Décima Quinta

Os casos porventura omissos no presente contrato serão regidos pela observância dos preceitos do Código Civil (Lei nº. 10.406/2002) e de outros dispositivos legais aplicáveis.

Cláusula Décima Sexta

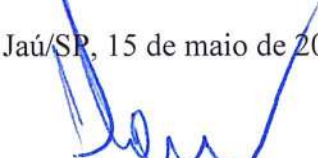
Os Administradores declaram, sob as penas da Lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por Lei especial, nem em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob efeito dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa de concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou de propriedade (Artigo 1.011 - Parágrafo 1º, do Código Civil (Lei nº. 10.406/2002)).

E, por se acharem assim justos e contratados, fazem digitar o presente em 4 (quatro) vias de igual teor, que após lido e achado conforme, vai assinado por todos os sócios pelas testemunhas instrumentais, a tudo presentes.


5. Permanecem inalteradas as demais cláusulas do primitivo Contrato Social de Constituição e alterações posteriores, não afetadas pelo presente instrumento.

E, por estarem assim, justos e contratados, assinam este Instrumento Particular de Alteração Contratual, lavrado em 4 (quatro) vias, de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, a fim de que se produzam os devidos efeitos legais e de direito, autorizando as partes o arquivamento deste Instrumento na Junta Comercial do Estado de São Paulo.

Jaú/SP, 15 de maio de 2024.



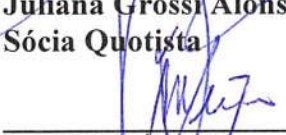
Roberto Grossi
Sócio Quotista




Rafael Grossi
Sócio Quotista



Juliana Grossi Alonso
Sócia Quotista



José Maurício Verza
RG 17.106.774-SSP/SP
CPF 108.880.728-30
Testemunha



Luiz Henrique Zanin dos Santos
RG 21.171.398-SSP/SP
CPF 174.011.888-05
Testemunha

